

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|--------------------------------|--------------|
| Processo Número | 0002040/2023 |
| Data do Início | 30/01/2023 |
| Folha | |
| Rubrica | |

REF: Recurso da empresa GOLDEN RIO COMERCIAL EIRELI referente ao Pregão Presencial 44/2022.

À Procuradoria Geral do Município,

Sobre o recurso apresentado pela empresa **GOLDEN RIO COMERCIAL EIRELI**, que considera imperfeita a decisão da pregoeira.

I – DA TEMPESTIVIDADE

O presente recurso encontra-se tempestivo na forma da lei. Ressaltamos que a peça recursal foi devidamente encaminhada no dia 24/01/2023, no entanto, o e-mail desta especializada reconheceu o endereço utilizado pela recorrente como spam e o descartou,

O erro foi descoberto somente no dia 30/01/2023.

II – DAS RAZÕES DO RECURSO

A empresa recorrente contesta a decisão sob o seguinte argumento, resumidamente:

- Sobre a possibilidade de aceite posterior do seu balanço.

III – DA ANÁLISE DAS RAZÕES APRESENTADAS

Considerando o ocorrido durante as sessões, esta especializada inicialmente inabilitou a recorrente uma vez que as informações contidas no balanço apresentado não foram suficiente para atingir o estipulado pelo instrumento convocatório.

Especificamente quanto ao aceite de documentação posterior, esta especializada vem de forma recorrente se posicionando no sentido de permitir a juntada de novos documentos, desde que o mesmo figure como condição preexistente a data de entrega dos envelopes, tendo principalmente como base o acórdão nº 1211/2021, do Plenário do TCU:

"a vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), não alcança documento ausente, comprobatório

de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro;"

Cabe destacar que o tema acima tratado vem ganhando força e os tribunais vem reiterando as decisões, vejamos ainda o córdão nº 2443/2021 – Plenário do TCU:

“A vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Lei 14.133/2021 (nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), não alcança documento destinado a atestar condição de habilitação preexistente à abertura da sessão pública, apresentado em sede de diligência”

Muito embora os tribunais apresentem evoluções no sentido do sanamento de vícios, a permissão aqui mencionada deve ser considerada exceção. Reforçamos que é dever da empresa prezar pelos documentos que serão entregues na sessão. O raciocínio aqui exposto visa apenas uma complementação ou sanar uma dúvida, função da diligência.

Oportuno mencionar o poder/dever de diligenciar os pontos de dúvidas de qualquer parte do processo administrativo e sobre tal possibilidade, esta especializada não mede esforços para dirimir qualquer ponto de dúvida que seja levantado, visando priorizar o interesse público mas nunca desrespeitando as regras estabelecidas pelo instrumento convocatório.

No que tange as diligências, o próprio instrumento convocatório menciona a possibilidade do feito, vejamos:

13.2. É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade superior, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada à inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

No caso concreto, a empresa **GOLDEN RIO COMERCIAL EIRELI** alega ter errado na juntada do seu balanço, o que pode configurar a apresentação de novo documento e não a complementação de documentação preexistente, no entanto, visando o amplo debate, esta especializada analisou o balanço apresentado pela recorrente nos autos do presente recurso.

V – DA ANÁLISE DO BALANÇO APRESENTADO EM RECURSO

Pelas palavras do contador desta comissão:

Informo que a empresa GOLDEN RIO VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA participante do Pregão Presencial 44/2022 não atende ao edital nos itens abaixo:

Item b.5 do edital) Se, após a data do levantamento dos demonstrativos contábeis, tiver havido modificações contratuais que importem na alteração do patrimônio líquido, representado pelo aumento do capital social com recursos não existentes no patrimônio líquido na data do último balanço patrimonial, será esta considerada, desde que homologada pela junta comercial e acompanhada das peças contábeis que reflitam essa alteração.

- Não houve aumento de Capital Social em 2022, permanecendo o mesmo valor de R\$ 300.000,00 do saldo final de 2021, impossibilitando assim a juntada de documentos.

Mesmo não sendo possível a juntada de documentos conforme citado acima, a CPL se digna a analisar os itens do balanço e demonstração do resultado do exercício constante de seu recurso.

Item b.2 do edital) - o valor mínimo igual a 1 (um), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:
$$LG = ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO \geq 1,0$$
$$PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO$$

b.2.1) A fórmula deverá estar devidamente aplicada em memorial de cálculos juntado ao Balanço apresentado pelo licitante. Caso o memorial não seja apresentado, o Pregoeiro reserva-se o direito de efetuar os cálculos.

- Índice apurado conforme demonstrações contábeis de 31.12.2022 – 1,03 APTO conforme edital.

Ítem b.3 do edital) Comprovação de Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social.

- índice apurado conforme demonstrações contábeis de 31.12.2022- 3,7856% - INAPTO conforme edital.

b.4) Comprovação de patrimônio líquido igual ou superior a 10% do valor estimado para a contratação.

- Índice apurado conforme demonstrações contábeis de 31.12.2022 – 0,6555% - INAPTO conforme edital.

Ou seja, o balanço encaminhado no presente recurso também não atende as regras editalícias.

V – CONCLUSÃO

Esta especializada muito embora não concorde com o enquadramento do acórdão 1211/2021- TCU, ciente da possibilidade de interpretação diversa pela secretaria requisitante e pela Procuradoria, analisou o balanço apresentado; no entanto o mesmo também não atende a qualificação econômica financeira, por tanto, indicamos o **INDEFERIMTO**. Encaminhamos os autos para ilustre Procuradoria e posteriormente a secretaria requisitante

GUSTAVO SANTANA
MAT. 111.410

MARIA TRAVASSOS
MAT. 111.813

DE ACORDO

FLÁVIA MARIA NOGUEIRA MATTOS
Pregoeira